Relatório

Reunião interparlamentar "*Empowering women and girls through education*".

Bruxelas – 5 de março de 2015.

Deputados:

Isilda Aguincha (PSD)

Sandra Pontedeira (PS)

Delegação da AR

- Deputada Isilda Aguincha, Comissão de Educação Ciência e Cultura, GP PSD
- Deputada Sandra Pontedeira, Comissão de Educação Ciência e Cultura, GP PS
- Deputada Elza Pais, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, GP PS
- Deputada Cecília Honório, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, GP BE – impossibilitada de participar

Introdução

A comemoração do Dia Internacional da Mulher com a realização duma reunião interparlamentar "*Empowering women and girls through education*" originou o convite da Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Género - FEMM - do Parlamento Europeu dirigido aos membros dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros da União Europeia, dos países do alargamento e da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Esse mesmo convite foi dirigido à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e à Comissão de Educação, Ciência e Cultura do Parlamento Português.

Visando a participação de delegação do Parlamento Português na já mencionada reunião interparlamentar "*Empowering women and girls through education*", as deputadas Isilda Aguincha (PSD) e Sandra Pontedeira (PS) constituíram a delegação presente à reunião, em representação da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

As deputadas Elza Pais (PS) e Cecília Honório (BE) foram as participantes indicadas para representarem a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, não tendo sido possível a participação da deputada Cecília Honório.

Trabalhos Preparatórios

Na sequência do convite referido e em suporte à preparação dos trabalhos da reunião que teria lugar em Bruxelas, no dia 5 de março de 2015, foi solicitada resposta a um questionário orientador dos contributos para discussão a que a deputada Isilda Aguincha deu resposta (Anexo I, versão em português), com base na informação oficial disponível na página da CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), conforme publicação impressa distribuída aos participantes e que pode ser consultada on-line.

Reunião

A reunião interparlamentar, agendada para decorrer no período entre as 9 horas e as 12 horas e 30 minutos do dia 5 de março, visava assinalar o Dia Internacional da Mulher, sob a presidência da Eurodeputada Iratxe Garcia-Perez, presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Género, tendo como co-presidente a Eurodeputada Silvia Costa, presidente da Comissão de Cultura e Educação, teve abertura dos trabalhos pelo Eurodeputado Dimitrios Papadimoulis, Vice President do Parlamento Europeu.

Dulce Rebelo, Presidente do Movimento Democrático das Mulheres, de Portugal, foi uma das oradoras que participou no 2º painel de discussão, com a apresentação da sua visão sobre a situação da mulher no nosso país.

A Eurodeputada Liliana Rodrigues, relatora sobre "*Empowering Girls through Education in the European Union*", membro da Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Género do Parlamento Europeu, participou no 3º painel de discussão, tendo assumido a direção dos trabalhos e o encerramento dos mesmos.

Foi possível acompanhar um conjunto de intervenções que se reportam a realidades muito diversas sobre a situação das mulheres e sobre a vertente educação e qualificação, tal como foi possível ouvir apresentações e

experiências que vão ao encontro das necessidades da mulher, por exemplo da defesa da sua integridade.

No decurso da reunião inscreveram-se para intervir as deputadas Elza Pais e Isilda Aguincha, tendo sido possível apenas a intervenção da deputada Elza Pais, por força das muitas inscrições e das limitações do tempo determinado para a realização do evento, nomeadamente por condicionamentos associados ao serviço de tradução.

A realização dum evento desta natureza, com uma agenda circunscrita a um período de tempo tão limitado, nomeadamente com muito pouco tempo para debate, desmotiva o envolvimento dos diversos agentes e a participação futura, quando esse envolvimento, o contributo de múltiplos atores, nos vários países, é essencial para o ultrapassar barreiras no caminho da igualdade de género.

Anexos

Anexo I – resposta a questionário, versão em Português.

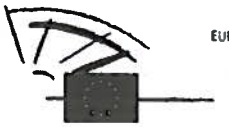
Lisboa, 30 de março de 2015

As deputados,

(Isilda Aguincha)

(Sandra Pontedeira)

Anexo I



ЕВРОПЕЙСКИ ПАРЛАМЕНТ PARLAMENTO EUROPEO EVROPSKÝ PARLAMENT EUROPA-PARLAMENTET
EUROPÄISCHES PARLAMENT EUROOPA PARLAMENT ΕΥΡΩΠΑΪΚΟ ΚΟΙΝΟΒΟΥΛΙΟ EUROPEAN PARLIAMENT
PARLEMENT EUROPÉEN PARLAIMINT NA hEORPA PARLAMENTO EUROPEO EIROPAS PARLAMENTS
EUROPOS PARLAMENTAS EURÓPAI PARLAMENT IL-PARLAMENT EWROPEW EUROPEES PARLEMENT
PARLAMENT EUROPEJSKI PARLAMENTO EUROPEU PARLAMENTUL EUROPEAN
EURÓPSKY PARLAMENT EVROPSKI PARLAMENT EUROOPAN PARLAMENTTI EUROPAPARLAMENTET

Committee on Women's Rights and Gender Equality

Interparliamentary Committee Meeting

EMPOWERING WOMEN AND GIRLS THROUGH EDUCATION

Questionnaire in preparation of the debate on 5 March 2015

All replies to the questionnaire from National Parliaments and other stakeholders will be made available ahead of the event and as background information on the day itself. To this purpose, we kindly ask you to send your replies by 23 January 2015 to femm-secretariat@europarl.europa.eu

Question 1: In the light of the 2015-review of the **Beijing Declaration and Platform for Action**[1] and of the **Millennium Development Goals**[2], how has country advanced education and training of women and girls over the past ten years?

Question 2: Whilst the world has achieved equality primary education between girls and boys, this is not the case for all levels of education: what does your Parliament believe are the main **obstacles to achieving continuous and quality education**, both inside and outside the EU?

Question 3: Which **specific actions are currently being implemented** in your country for further empower women and girls through education?

Question 4: What are the **remaining challenges** for your country with regards to the empowerment of women and girls through education and, if applicable, how does your Parliament plan to address them?

[1] Point B of the Platform for Action on "Education and Training of Women" includes the following strategic objectives: (1) Ensure equal access to education, (2) Eradicate illiteracy among women, (3) Improve women's access to vocational training, science and technology, and continuing education, (4) Develop non-discriminatory education and training, (5) Allocate sufficient resources for and monitor the implementation of educational reforms, (6) Promote lifelong education and training for girls and women.

[2] The third Millennium Development Goal is dedicated to the promotion of gender equality and the empowerment of women and its first target was the elimination of gender disparity in primary and secondary education, preferably by 2005, and in all levels of education no later than 2015.

Reunião do Comité Interparlamentar

Capacitação das mulheres e raparigas através da educação

Questionário de preparação do debate sobre 5 de março de 2015

1 - Nos últimos 10 anos, Portugal não tem registado diferenças relevantes no que diz respeito ao número de homens e mulheres inscritos no ensino básico e secundário.

Desde 2008 que tem vindo a registar-se uma tendência de redução progressiva do abandono precoce de educação e formação, com maior expressão a partir de 2010. Nos últimos 6 anos, a taxa de abandono precoce de educação e formação em Portugal decresceu 16,5 pontos percentuais (p.p.), sendo particularmente evidente no sexo masculino, cujo decréscimo atingiu os 18,5 p.p. (face a um decréscimo de 14,3 p.p. na população feminina).

No ensino secundário, onde surge a possibilidade de opção por áreas diferenciadas, verifica-se que raparigas e rapazes se orientam para diferentes modalidades de ensino. É notória a maior orientação das raparigas para o ensino regular (55%) – e particularmente para os cursos científico-humanísticos (nos quais a taxa de feminização é de 55,4%, face a 39% nos cursos tecnológicos) -, bem como para o ensino artístico especializado e para as formações modulares (67,3% e 54,7%, respetivamente) e uma menor orientação para os cursos profissionais (42,2%).

Em todas as modalidades de ensino, as taxas de conclusão das mulheres são superiores às dos homens, especialmente, no ensino regular, onde a diferença é superior a 54 p.p.

No que diz respeito ao seu desempenho escolar e segundo indicam os últimos resultados do PISA (2012), a comparação das pontuações médias entre rapazes e raparigas na avaliação da matemática, os rapazes registam melhores desempenhos do que as raparigas, cifrando-se a diferença em 12 pontos.

No domínio da leitura a liderança altera-se, sobressaindo as raparigas de forma mais demarcada, com uma diferença de 40 pontos em relação aos rapazes.

No domínio das ciências, as raparigas voltam a destacar-se mas ultrapassando apenas em 2 pontos a média obtida pelos rapazes.

Em relação ao ensino superior, o número de mulheres a frequentar este nível de ensino tem sido constantemente superior ao dos homens. Este fenómeno reflete-se na elevada taxa de feminização da população com nível de escolaridade superior: em cada 100 pessoas com ensino superior, 60 são mulheres e 40 são homens.

As raparigas são maioritárias em todas as áreas, com exceção da Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção. É de salientar a elevadíssima feminização da área da educação, e da saúde e proteção social.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) continuam a apresentar uma fraca participação feminina nas inscrições, como também nas diplomadas.

No entanto, a nível europeu, Portugal é um dos países em que as mulheres optam em maior proporção pelas áreas das matemáticas, ciências e engenharia (17,1%).

2 - Há que dar privilégio a ações na área da educação enquanto pilar das políticas para a igualdade, sendo importante reforçar a intervenção neste domínio, designadamente com a integração da temática da igualdade entre homens e mulheres como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário, bem como no domínio do mercado de trabalho.

3 - No âmbito do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017 (V PNI), estão programadas algumas medidas de promoção da igualdade entre mulheres e homens, sendo que muitas delas já estão a ser implementadas, a saber:

- Produção de materiais pedagógicos, em todos os suportes, promotores da igualdade de género e da cidadania: Elaborar o Guião de Educação, Género e Cidadania para o ensino secundário e um Referencial de Educação para a Igualdade de Género.

- Promoção da divulgação e a aplicação dos materiais pedagógicos produzidos.

- Integração da temática da igualdade de género como um dos eixos estruturantes das orientações para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário.

- Incentivar a introdução da temática da igualdade de género na formação pedagógica inicial e contínua de profissionais de educação.

- Integração da dimensão da igualdade entre mulheres e homens na organização e funcionamento escolar.

- Introduzir a categoria de Estudos de Género nas linhas de financiamento da FCT, I. P., de apoio à investigação em Portugal.

- Elaboração de um estudo sobre a participação das mulheres nos cursos na área das TIC.

4 - O XIX Governo Constitucional tem vindo a desenvolver diversas ações no âmbito da cidadania e da promoção da igualdade de género, tendo assumido no seu Programa o compromisso com a execução das políticas públicas nesta área, designadamente através da execução dos Planos Nacionais.

Também nas Grandes Opções do Plano o Governo tem vindo a reafirmar os seus compromissos relativamente à execução das políticas públicas de igualdade, sublinhando a transversalidade da dimensão da igualdade de género nas políticas da administração central e local, o investimento na área da educação e a intervenção na área da igualdade no emprego.

O V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014 -2017 (V PNI) enquadra-se nos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, designadamente no âmbito da Organização das Nações Unidas, do Conselho da Europa, da União Europeia e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Destacam -se, pela sua relevância, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, o Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2011 -2020), a Estratégia para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2010 -2015 e a Estratégia Europa 2020.

Ao nível parlamentar, cabe à Subcomissão de Igualdade, que funciona sob a alçada da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e exercer as suas

competências legislativas, de acompanhamento e de fiscalização e controlo políticos nestas áreas.